

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. II CENTENÁRIO DA MORTE DO MARQUÊS DE POMBAL. CONFERÊNCIA. ALGUNS ASPECTOS DA ACÇÃO DO MARQUÊS.

RODRIGUES, Manuel

Ano: 1982 | Número: 92

Como citar este documento:

RODRIGUES, Manuel, Notícias da Actividade Cultural. II Centenário da Morte do Marquês de Pombal. Conferência. Alguns aspectos da acção do Marquês. *Revista de Guimarães*, 92 Jan.-Dez. 1982, p. 394-411.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51

4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Durante uma escassa hora, o professor, com a eloquência que o caracteriza, traçou um admirável perfil da vida e obra do grande e controverso estadista que foi Primeiro Ministro do Rei D. José.

Muito disse de interessante e novo o Doutor Manuel Rodrigues. Muito certamente ficou ainda por dizer, tão vasto é o campo de pesquisas da vida deste Homem, que tendo lugar destacado na história portuguesa, está ainda muito longe de ser bem analisado em todas as suas facetas.

No final, o Conferente, foi muito aplaudido, prolongando-se a sessão com um animado colóquio, em que intervieram alguns presentes e em que foram aflorados alguns acontecimentos vimaranenses da época do Marquês de Pombal.

*
* * *

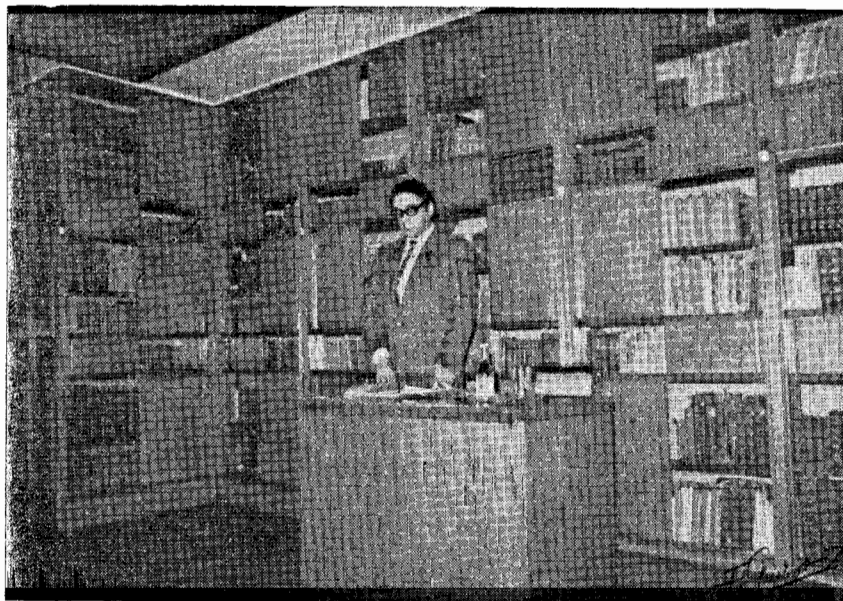
No Salão Nobre da Instituição exhibiu-se uma interessante Exposição de gravuras alusivas àquele período histórico, Exposição que foi meticulosamente organizada pela Conservadora da Instituição à custa de material dos nossos Museus.

ALGUNS ASPECTOS DA ACÇÃO DO MARQUÊS

Por MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

A 8 de Maio de 1782 falecia em Pombal o célebre ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro conde de Oeiras e primeiro marquês de Pombal, considerado pelos especialistas como o mais notável estadista do seu tempo no nosso país e um dos maiores da Europa. Findava assim os seus dias naquela vila aquele que ficaria para sempre conhecido como «o marquês» por antonomásia (1).

(1) Sobre o Marquês de Pombal e a sua época, vid. os estudos de Brito Aranha, Lúcio de Azevedo, Camilo Castelo Branco, Eduardo Brazão, Trindade Coelho, Maria Alcina Ribeiro Correia, António Ferrão, Jordão de Freitas, Luz Soriano, D. Miguel Sotto



O Prof. Doutor Manuel Augusto Rodrigues proferindo a sua Conferência

Nascido em Lisboa em 13 de Maio de 1699 e baptizado na freguesia das Mercês, filho do capitão de cavalaria e fidalgo da Casa Real, Manuel de Carvalho e Ataíde, e de Teresa Luísa e Mendonça e Melo, filha de João de Almeida e Melo, senhor dos morgados dos Olivais e de Souto de El-Rei, deve ter frequentado o primeiro ano jurídico na Universidade de Coimbra, «mas dotado dum génio versátil e dum insaciável desejo de dominar e de não ser dominado, abandonou os estudos, resolvendo-se seguir a carreira das armas, por julgar ser essa a sua vocação, e foi assentar praça de cadete». Depressa deixou, porém, o serviço militar, talvez, como escreveu alguém, por ver que ali a obediência era mais exigida que em Coimbra. Pediu então a demissão, dedicando-se ao estudo da história, da política e da legislação. Alguns biógrafos dizem que estas informações não se baseiam em factos irrecusáveis. Aliás, convém dizer que a mocidade do Marquês escapa-nos bastante.

O que não oferece dúvida é que ele figurou no chamado grupo dos «capotes brancos» que era um bando de fidalgos aventureiros que com as suas orgias perturbavam a tranquilidade da capital.

Veio a casar com uma sobrinha do conde dos Arcos, D. Teresa de Noronha e Bourbon, dama da rainha D. Maria Ana de Áustria, filha de D. Bernardo de Noronha e de D. Maria Antónia de Almada. E foi depois Soure o local escolhido para residência do casal numa quinta que ele ali possuía, até que, devido à influência de seu tio, o arcepreste Paulo de Carvalho, este o apresentou ao cardeal Mota, ministro e valido de D. João V, sendo então nomeado sócio da Academia Real de História Portuguesa (1733), fundada em 1720.

Mas só em 1738 é que começamos a ter notícias mais precisas acerca da sua pessoa, figura de grande

Maior, Cabral de Moncada, Borges de Macedo, Agustina Bessa Luís e outros. No *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, 415-423 (dir. de Joel Serrão), o Prof. J. Borges de Macedo escreveu o artigo sobre o ministro de D. José. Nele se encontra abundante bibliografia sobre Pombal. O mesmo ilustre Mestre universitário é igualmente o autor de idêntico artigo in *Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XV, 483-487.

energia e invulgar craveira intelectual que havia de dominar todo o séc. XVII praticamente. Isto de tal forma que a própria história setecentista se costuma dividir em três fases: antes, durante e depois de Pombal.

É que a documentação chegada até nós sobre o Marquês não é suficiente para «pôr termo à polémica que, a respeito da sua personalidade e orientação, principiou durante o seu próprio governo e prosseguiu, com oscilações várias, muito mais ao sabor das circunstâncias políticas e sociais do que da evolução dos estudos históricos ou do esclarecimento de quaisquer questões relacionadas com a época», como escreve o Prof. Borges de Macedo (2). O mesmo autor acrescenta logo de seguida que a visão polémica sobre a história de Portugal teve início com o próprio Pombal. De facto, a famosa «Dedução Cronológica» analisa os acontecimentos nacionais em função da influência maior ou menor dos Jesuítas, «dividindo a história de Portugal e as suas figuras em épocas e figuras úteis ou nefastas, conforme a influência governativa da ordem inaciana e seus afins».

Aquilo que Fr. António Brandão e D. António Caetano de Sousa tinham conseguido, ou seja, a elaboração de uma história isenta e baseada num trabalho crítico, ia-se agora perdendo com o aparecimento da «Dedução Cronológica». É que esta tinha um cariz partidário e viria a influenciar em larga medida os investigadores que se lhe seguiram. O período pós-pombalino, chamado «viradeira», é já caracterizado por uma interpretação diferente daquela que formulara Pombal. Morto este, os governantes e as classes pensantes do país dividiam-se em dois grupos bem distintos: os pombalinos e os anti-pombalinos, diz ainda o Prof. Borges de Macedo.

Significa isto que para os primeiros, a governação do Marquês era considerada positiva em todos os aspectos, acentuando-se a sua atitude laicista, jusnaturalista, precursora dos novos tempos e de novas concepções de governo, relacionadas com os conceitos de despotismo iluminado. Esta posição foi sustentada, por exemplo, pelo ministro Sousa Coutinho. A segunda corrente, em que se situa o visconde de Vila Nova de Cerveira, que era

(2) Vid. art. cit. na nota 1.

um tradicionalista, apelidava o período pombalino simplesmente de ignominioso. Para tal contribuiu o facto de, entretanto, se ter assistido lá fora aos terrores da Revolução Francesa e também por nos últimos decénios do séc. XVIII e princípios do seguinte se ter dado um avanço grande na evolução económica do país.

Mais tarde, com o liberalismo, a discussão à volta da figura de Pombal reacendeu-se e, sobretudo a partir de 1875, adquiriu uma intensidade muito significativa. Pombal era considerado como um herói pelos republicanos; a luta antijesuítica era vista como um acto de grande importância e significado para os fautores desta corrente. A campanha anti-religiosa que Joaquim António de Aguiar moveu contra a Igreja como que entrevia no gesto de Pombal um sintoma precursor das suas ideias que, afinal, levavam a um vendaval que então assolou a vida das congregações religiosas. E o centenário pombalino de 1882 viria a ser um momento bem aproveitado para insistir na grandeza e arrojo de Sebastião José de Carvalho e Melo e elevá-lo à altura de um estadista inconfundível e a todos os títulos notável.

O Marquês, como acontece quase sempre com todos os grandes nomes da nossa história que tomaram atitudes contrárias ao curso normal do tempo, tornou-se, por conseguinte, num tema de discussão e polémica. Ou se era pombalista ou antipombalista. E, como sucede em casos do género, o rigor objectivo e a serenidade de análise diluem-se e esfumam-se facilmente.

À volta de Carvalho e Melo surgiram questões que atormentaram os especialistas e provocaram pomos de discórdia frequentes: as suas relações com o rei, as razões da sua política antijesuítica, as causas do seu pretenso ódio aos nobres, o efeito da sua legislação proteccionista, etc.

Enquanto Lúcio de Azevedo caracteriza toda a acção pombalina como consequência do seu ódio antijuítico, Oliveira Martins já afirma que o Marquês chegou ao ponto de criar um «falso Portugal de importação» e também houve quem dissesse que ele «estava enfeitado pelos iluministas».

A historiografia pombalina baseia-se na ideia de personalismo da bibliografia que a seu respeito se elaborou. O primado do político, a questão com os jesuítas,

o isolamento de Portugal através do mundo, a montagem de «depoimentos» seus contemporâneos, a uniformidade do período e sua independência dentro do séc. XVIII, o conceito de «grande homem», eis os aspectos essenciais que encontramos nas obras escritas a respeito do ministro de D. José, servindo-nos mais uma vez da palavra abalizada do Prof. Borges de Macedo.

E, como se compreende, é fácil cair-se em ser-se «pró», «contra» Pombal, ou então ficar-se no «meio termo». Importa, diz Borges de Macedo, não julgar mas compreender as intenções e finalidades do Marquês, o que num caso deste tipo é extremamente difícil.

A vida de Sebastião José de Carvalho e Melo pode dividir-se em quatro períodos: o que vai de 1699 a 1738, que se pode considerar um período de carácter particular, durante o qual o Marquês viveu como pequeno fidalgo a sua vida de casado com uma dama de grande casa e acaba com a proibição terminante de D. João V para que ele entrasse para o Conselho da Fazenda; entre 1738 e 1749 tem lugar a fase diplomática, durante a qual Sebastião José levou a cabo várias missões diplomáticas em Londres e em Viena. É então que ele cai em autêntica desgraça na corte de D. João V, ficando assim incluído no número daqueles que se manifestaram abertamente contra a política joanina. Foi um momento de enorme descontentamento, sendo modelo dessa agitação o «Testamento Político» de D. Luís da Cunha, no qual vem mencionado o nome de Pombal.

O período mais importante é o que se situa entre 1750 e 1777, abrangendo o reinado de D. José. Foi então que o Marquês se impôs a todo o país como governante e homem político, dirigindo todos os negócios da nação. E a findar, temos o quarto período chamado «exílio fora da corte» que se prolonga de 1777 a 1782, da morte de D. José até ao seu próprio falecimento.

Como delegado em Londres, dirigiu longas cartas cujo conteúdo diz respeito mais a intrigas da corte inglesa e a factos de pouca importância. Como escreve o Prof. Borges de Macedo: «Por estas cartas revela bem o prazer que sente com as *petites questions* cortesãs, que se compraz em descrever, e com as conversas, que julga importantíssimas, com membros da corte, que, afinal, nada significam. Essas mesmas cartas revelam também o visível

choque que recebeu com a vida da sociedade inglesa. Não se nota, aliás (o que para o tempo seria novidade), qualquer esforço para compreendê-la.»

Acontece que nelas por vezes se encontram observações a respeito da política económica inglesa e a sua situação, mas, em geral, não se mostra preocupado com os grandes problemas que seria de toda a importância serem focados. Pombal olhava a sociedade inglesa, utilitarista, «comercial, directa, fervilhante dos debates, enxameada de jornais e panfletos, na posse de um imenso mercado, no tom queixoso, forma habitual de conduta e presença dos portugueses de então, quando se achavam fora da sua terra», escreve Borges de Macedo. Havia, é certo temas que podiam ser objecto de uma proficua acção do Marquês: a pretensão de a Inglaterra comerciar directamente com o Brasil, as questões da ilha de Salsete, ao largo de Bombaim, a violação por parte dos ingleses das águas territoriais portuguesas por altura da Guerra da Sucessão da Áustria. Mas os resultados da sua missão em Londres não trouxeram resultados de grande alcance. A obra «Relação dos Gravames do Comércio e Vassalos de Portugal na Inglaterra» é simplesmente um relato daquilo que poderia interessar aos governantes. Não passa de um memorial diplomático.

Em 1744 foi enviado para Viena. Era uma fase difícil para a vida política e económica portuguesa. A capacidade directiva de D. João V baixava consideravelmente; a entrada do ouro brasileiro diminuía enormemente; multiplicava-se o contrabando e os organismos estatais eram manifestamente insuficientes; a nobreza dedicada ao ultramar exorbitava dos poderes que as suas funções lhe atribuíam, contra o que protestavam frequentemente os funcionários e os mercadores daquelas regiões. Nos postos de Lisboa e Porto o movimento de navios portugueses baixava bastante e, como consequência, verificava-se a descida do caudal de vinho, açúcar e tabaco, com que se sustentava a posição económica portuguesa na Europa. Era, como se vê, um momento extremamente grave para a vida da nação.

Em tais circunstâncias a situação política punha-se desta forma: ou o novo monarca modificava tal situação, ou a subida de D. José ao poder seria acompanhada de uma resistência à evolução que na fase final de D. João V

fazia prever no sentido de um enfraquecimento do Estado em face de um neo-senhorialismo colonial e do empobrecimento do comércio português. E isto comprometendo a existência nacional no meio dos antagonismos que dividiam a Europa e pretendiam aproveitar-se da posição portuguesa. Havia, pois, que tomar medidas para enfrentar os problemas existentes.

Com a ascensão de D. José I ao poder, Frei Gaspar da Encarnação ⁽³⁾, que foi uma figura notável no reinado de D. João V, foi afastado do governo, pois o seu «liberalismo» tinha agravado as dificuldades do Reino. Pombal apresenta propostas tendentes ao aumento do poder do Estado: reforço das alfândegas, monopólios comerciais, criação de novos órgãos administrativos fiscais (Erário Régio) e de administração económica (Junta do Comércio), subalternização dos corpos sociais organizados em relação ao Estado (Clero e Nobreza), sobretudo nos grupos mais independentes e influentes (Nobreza ultramarina e Jesuítas), alargamento do funcio-

⁽³⁾ Fr. Gaspar da Encarnação que se chamava no século D. Gaspar de Moscoso e Silva, nasceu em Lisboa em 17 de Maio de 1685 e faleceu em 25 de Novembro de 1754. Doutorou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra. Era filho do 5.º conde de Santa Cruz e irmão do 3.º marquês de Gouveia. Foi deão da Sé de Lisboa, deputado do Santo Ofício e do Conselho de D. João V. Em 1710 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra apesar da falta de idade, do que veio a ser dispensado. Reconduzido nesse cargo em 1713, com o título, preeminência e emolumentos de reformador, deixou em 1715 a Universidade, recolhendo-se ao convento do Varatojo, onde professou no ano seguinte, acto a que assistiu D. João V e toda a corte. Tendo sido eleito deputado do convento, não aceitou, vindo depois por instâncias do rei e autorização do pontífice a reformar a congregação dos cônegos regrantes de Santo Agostinho. Após a morte do cardeal Mota e Silva, em 1747, D. João V nomeou D. Gaspar ministro do gabinete. Mas tal nomeação não se revelou eficaz, pois toda a política interna do país se desorganizou, simplesmente pelo facto de D. Gaspar não ser autoridade em assuntos económicos e de administração. Protegeu imenso a própria família de várias maneiras. Assim resolveu a favor de seu sobrinho, o 4.º marquês de Gouveia, o pleito em que este andava com os Ponce de Leon, por causa da Casa de Aveiro. Depois da morte de D. João V foi dispensado do serviço, tendo o duque de Aveiro e a nobreza palaciana ficado bastante descontentes. Esta foi uma das causas por que a oposição ao marquês de Pombal se veio a manifestar bastante forte.

nalismo e reconstrução do exército (vinda do conde de Lippe).

Passou a ser o principal esteio da corrente do reforço do poder estatal e tinha a apoiá-lo em especial o funcionalismo judicial, a nobreza da corte e os grandes mercadores e contratadores.

Mas, em contrapartida, tinha fortes opositores entre os pequenos mercadores de Lisboa, nos meios rurais, entre a nobreza de solar ou de carreira ultramarina, assim como na Ordem dos Jesuítas. Todo este antagonismo se vai concentrar no atentado contra o Rei, em Setembro de 1758, que levou à prisão e morte dos Marqueses de Távora e do Duque de Aveiro e à expulsão da Companhia de Jesus (3 de Setembro de 1759) e à condenação do Padre Gabriel Malagrida (4).

Em 1755 Lisboa foi abalada por um violento sismo, a catástrofe mais terrível do século, com graves reflexos políticos, económicos e sociais. Sobre a capital abater-se a desolação e o caos. Foi, pois, necessário proceder à reconstrução da cidade. Os trabalhos da Lisboa Pombalina que ainda hoje podemos admirar iniciaram-se de imediato. Foram chamados engenheiros especializados,

(4) O Padre Gabriel Malagrida, missionário e pregador jesuíta de origem italiana, nasceu em Menaggio (5 de Dezembro de 1689) e faleceu em Lisboa (21 de Setembro de 1761); notabilizou-se pela sua actividade evangelizadora no Brasil, pela sua acção pedagógica e pelas suas pregações. Aquando do terramoto de Lisboa, escreveu *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto* (Lisboa, 1756), dando ao cataclismo uma interpretação providencialista. Pombal que já não simpatizava com Malagrida sentiu-se atingido por certas afirmações feitas pelo jesuíta. O atentado de 3 de Setembro de 1758 viria a dar o pretexto ao Marquês para envolver o Padre Gabriel no assunto. Preso pela Inquisição, viria a ser condenado em circunstâncias horríveis. Acerca do caso, escreve Domingos Maurício: «Os inquisidores presididos por Paulo de Carvalho, irmão de Pombal, tomaram-nos (dois tratados atribuídos a Malagrida), num processo grotesco, com trâmites de vergonhosa inquirição, a que sujeitaram o mentecapto, sendo este condenado como «falso profeta e herege», e depois de estrangulado, queimado em pleno Rossio. A repulsa foi geral. Até Voltaire condenou a execução, por «o excesso do ridículo e do absurdo se ter juntado ao excesso do horror» (*Oeuvres Complètes*, XXI, 359, 1820)» (Art. in *Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XII, 1138-1141, com indicação das obras de Malagrida e bibliografia).

contando-se entre eles Eugénio dos Santos. Foi na reconstituição de Lisboa que o Marquês mostrou de forma palpável o seu génio organizador e a sua assombrosa energia. (5).

Os rendimentos do Estado entraram em crise e foi necessário modificar toda uma situação internacional decorrente da Guerra dos Sete Anos. Trata-se, por conseguinte, de uma verdadeira situação de crise e plena de dificuldades. Era necessário encontrar soluções para obviar a tantos problemas que se levantavam nos vários quadrantes.

O Marquês passou a ser o «homem forte» de D. José. Na primeira fase deste monarca Sebastião José de Carvalho e Melo é o único dirigente que orienta a sua acção na luta contra as dificuldades económicas gerais tentando salvar o grande comércio, reorganizando-o no sentido de melhor o defender e combatendo para isso o comércio livre.

A política das companhias tomou então um incremento extraordinário. Defenderam-se os grandes empresários coloniais contra o comércio livre e a economia do vinho do Porto contra os restantes vinhos nacionais. Esta acção é levada a efeito pela criação das grandes companhias monopolistas, abertas a mais accionistas, nacionais ou estrangeiros, pelas quais ficava entregue à sua autoridade e iniciativa o comércio de certos géneros ou de certas zonas geográficas.

É nas companhias comerciais que assenta o sistema de defesa do grande mercador e a tentativa de lhe associar o nobre. Criam-se as Companhias da Ásia (1753), a Companhia do Pará e Maranhão (1755), a Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro (1756) e a Companhia do Pernambuco e Paraíba (1759).

Ao mesmo tempo renovam-se os privilégios do contrato do tabaco e do sabão; entrega-se a fábrica das sedas do Rato à Junta do Comércio e à Companhia do Pará e Maranhão.

A partir de 1760 evidencia-se um acontecimento de especial importância, com enormes repercussões

(5) Vid. J. Augusto-França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1977.

na vida económica, social e política portuguesa: «a crise do ouro do Brasil», que vai diminuir o «à-vontade» nas compras no Estrangeiro e a segurança e autonomias económicas baseadas no ouro. Os lucros das grandes companhias diminuem, sendo na Companhia do Grão Pará e Maranhão quase nulos a partir de 1770.

Na economia interna as consequências foram igualmente graves. As dificuldades reflectiam-se na administração e até na Corte, apesar dos esforços da governação pombalina para limitar a diminuição dos rendimentos dos impostos. Podemos, pois, dizer, que a crise comercial e de produção baixa consideravelmente na última parte da governação de Pombal. Eram muito sérios e vastos os problemas financeiros, administrativos e fiscais.

Para fazer face à situação, promove-se a concessão de numerosos privilégios industriais (artesanato, manufacturas e organização da produção rural) mas não se consegue a colaboração do pequeno comércio.

As propostas pombalinas, sem serem irreais, não conseguem lograr resolver a crise que se fazia sentir cada vez mais. O aparecimento de estímulos comerciais aliciantes provoca a impaciência de todos, contra os rigores da fiscalização do Estado, ao mesmo tempo que se sentia a urgência da necessidade de obter a colaboração dos mercadores livres, a extinção dos privilégios monopolistas e a colaboração dos administradores coloniais ligados à nobreza.

Mas a colocação internacional dos géneros brasileiros e portugueses não era realizável sem o comércio livre para nacionais e estrangeiros. Com este acentuar da crise, vai diminuindo cada vez mais a influência da orientação do Marquês de Pombal.

Quase sempre se classifica a administração económica de Pombal como infeliz (Lúcio de Azevedo). Mas, diz Borges de Macedo, a questão é mal posta, pois trata-se duma situação geral cuja génese e desenvolvimento estão fora da governação pombalina. Pombal visava salvar a crise e o grande comércio das consequências económicas da grande crise que se abatera sobre o país.

Protegeu a indústria, levantando a decaída fábrica de sedas que D. João V fundara, apoiou as indústrias da chapelaria e relojoaria; fez sair quase do nada a

fábrica de vidros da Marinha Grande e a de papel da Lousã; tomou a iniciativa do fabrico da porcelana e protegeu a indústria das lãs.

Também no domínio da agricultura e do comércio (criou a aula de Comércio), da administração civil e económica do país foi relevante o seu trabalho.

Acabou com a divisão entre cristãos-novos e cristãos-velhos, anulou praticamente a Inquisição, etc. e criou a Real Mesa Censória.

Não falamos aqui, por falta de tempo, das suas ideias regalistas e da influência que nisso teve o P.^e António Pereira de Figueiredo.

Um dos aspectos mais importantes da actuação do Marquês de Pombal liga-se à reforma da Universidade de Coimbra. A velha Escola coimbrã carecia de uma profunda reforma, dado o estado de decadência em que se encontrava. Uma Escola como a Universidade deve ser, não apenas o espelho e o reflexo de uma sociedade, mas também e sobretudo o projecto e o motor da sociedade que há-de vir. Assim como a reforma de D. João III de 1537, também a de 1772, feita pelo Marquês, têm uma inspiração régia. São reformas que vêm de fora, o que significa, em larga medida, que a própria Escola não tem capacidade para o fazer (6).

Mas não convém avançar neste sector sem uma referência particular à reforma dos próprios estudos menores e do ensino médio. Expulsos os jesuítas do sector do ensino, impunha-se criar outros meios de os substi-

(6) Sobre a reforma pombalina da Universidade, vid. Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, 4 vols., Lisboa, 1892-1902; Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra, Esboço da sua História*, Coimbra, 1937; M. Eduardo da Motta Veiga, *Esboço Histórico-Literário da Faculdade de Teologia*, Coimbra, 1872; Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade*, Coimbra, 1980; Teófilo Braga, *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1894; M. Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, 2 vols., Coimbra, 1937, 1979; Joaquim Ferreira Gomes, *A Reforma Pombalina da Universidade (Nótula Comemorativa)*, *ibid.*, 1972; Manuel Augusto Rodrigues, *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra de 1640 a 1910*, *ibid.*, 1974; *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, *ibid.*, 1972; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, *ibid.*, 1972.

tuir. Por alvará de 28 de Junho de 1759 foi criada a *Directoria Geral dos Estudos*, tendo sido nomeado Director Geral dos Estudos D. Tomás de Almeida, Principal da Igreja Patriarcal de Lisboa, com «jurisdição privativa, exclusiva de toda e qualquer outra jurisdição imediata à minha pessoa, consultando-me o que lhe parecer que necessita de providência minha nos casos occorren-tes», como se lê na Carta Régia de 6 de Julho de 1759.

E com a mesma intenção foi criado, em 1761, o Colégio Real dos Nobres de Lisboa e outras instituições de ensino.

Lançadas as bases e criadas as condições e as estruturas para a criação do ensino primário e para uma renovação dos estudos menores, impunha-se a reforma do ensino superior. Jacob de Castro Sarmento, Luís António Vernei, António Nunes Ribeiro Sanches e outros contribuíram em larga medida para a necessária reforma da Universidade. Já de há bastante tempo eles vinham criticando o estado em que se encontrava a Universidade e o ensino em Portugal.

Por Carta Régia de 23 de Dezembro de 1770, D. José cria a *Junta de Providência Literária*, a cujos membros mandava que, tendo em atenção as ruínas da Universidade e examinando as suas causas, ponderassem os remédios que considerassem mais aconselháveis e apresentassem os meios de uma reforma profunda nos vários ramos.

Faziam parte dessa Junta, que funcionava sob a inspecção do Cardeal da Cunha e do próprio Marquês, Frei Manuel do Cenáculo, José Ricalde Pereira de Castro, José de Seabra da Silva, Francisco António Marques Giraldes, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azevedo. A Junta trabalhou arduamente e sem descanso durante sete meses, apresentando a D. José, em 28 de Agosto de 1751, o seu *Parecer* sobre o estado das Artes e das Ciências no país, e submetendo à apreciação régia o «Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra».

E logo a seguir são elaborados os Novos Estatutos (1772) que foram solenemente entregues à Universidade

em 29 de Setembro daquele ano pelo próprio Marquês na Sala dos Capelos. Foi durante uma cerimónia solene que teve lugar esse acto, na Sala dos Capelos: «Então, o Secretário da Universidade abriu uma bolsa de veludo carmezim, guarnecida de borlas e galões de oiro, dela tirou o novo Estatuto da Universidade, escrito de letra de mão e encadernado de veludo com chapa de prata, abriu-o e leu um Decreto, o qual se acha inserto no princípio do primeiro tomo dos novos Estatutos da Universidade, no qual Sua Majestade confirmava o novo Estatuto. Concluído isto, o Secretário disse que o Senhor Marquês era servido e mandava que o novo Estatuto estivesse patente naquele dia e que, no dia seguinte, se recolhesse ao Cartório, e que o Reitor da Universidade distribuiria os exemplares impressos, depois de serem por ele assinados», lê-se na acta feita naquela ocasião.

Coimbra, e mais propriamente a sua Universidade, viveu festivamente os dias que o Marquês passou na cidade. Eram sinais de esperança de um futuro melhor para a velha Escola. No dia 30 de Setembro tomaram posse os novos lentes, acto a que o Marquês e o Reitor assistiram de uma tribuna. No dia seguinte houve Missa do Espírito Santo, na Capela da Universidade, estando presente o ministro de D. José. Durante o acto sagrado prestaram juramento os novos lentes das Faculdades de Teologia, Cânones, Leis, Medicina, Filosofia e Matemática, estas duas últimas criadas então. À tarde, também na presença de Pombal, proferiu a Oração de Sapiência, «na abertura da nova Universidade», o lente de Teologia, Bernardo António Carneiro.

Depois da reforma feita por D. João III, em 1537, agora passados 250 anos, assistia-se a uma remodelação total dos estudos nela ministrados. O espírito da Renascença que inspirara a orgânica universitária do séc. XVI não se tinha adaptado aos ideais que o progresso científico e filosófico criara. «Não éramos totalmente ignorantes nas ciências exactas, mas tudo estava circunscrito a curiosidades individuais ou a necessidade de proselitismo; não havia qualquer instituição, quer de ensino, quer de registo ou debate (como uma academia, por exemplo), onde se realizasse e se pudesse compreender uma actividade sistemática», escreve o Prof. Borges Macedo. Por isso, tornava-se urgente reformar a Uni-



versidade para que ela dispusesse dos meios de cultivar as ciências exactas e da natureza. Esta foi uma preocupação relevante da reforma pombalina.

No campo especulativo há a salientar o desejo de transformar os estudos segundo as novas correntes de pensamento jurídico e os novos métodos ligados ao direito natural e ao direito público das gentes, sendo um deles o estudo das leis, baseado na história e na crítica textual. A razão e o direito natural eram pedras fundamentais nesta reforma: «A razão será, pois, a sua primeira mestra: o oráculo a que ele primeiro recorra e que primeiro consulte. Esta é a fonte de toda a legislação da Natureza». Além disso, um novo método de ensino era apresentado na nova orgânica. Pode pois, considerar-se a reforma pombalina da Universidade como a maior coroa de glória do governo de Marquês.

Entre as medidas tomadas na Universidade, há a salientar a passagem do Colégio que foi dos Jesuítas para o Hospital, e a criação do Teatro Anatómico, do Dispensário Farmacêutico, do Gabinete de Física Experimental, do Museu de História Natural e do Laboratório Químico, do Jardim Botânico, da Imprensa da Universidade, etc.

Foi então nomeado Reitor Reformador da Universidade Francisco de Lemos Pereira Coutinho que havia de ser o homem por excelência da execução dos Estatutos pombalinos e da legislação respeitante à realização das necessárias obras de edificação de novos estabelecimentos (7).

Nomeado bispo coadjutor de Coimbra, em 1773,

(1) D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, de origem brasileira, estudou em Coimbra, onde se doutorou em Cânones em 1754. Exerceu vários cargos importantes, vindo a ser a grande figura de Reformador-Reitor da Universidade e depois bispo de Coimbra, após o falecimento de D. Miguel da Anunciação que fora perseguido pelo Marquês. Sobre esta ilustre personalidade, vid. Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, II, 418; B. A. Serra de Mirabeau, *Esboço Histórico-biográfico de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho*, Coimbra, 1889; D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Oração Fúnebre recitada nas solenes exéquias...*, Lisboa, 1822; Fr. António José Rocha, *Oração Fúnebre...*, Coimbra, 1822; *Relação das solenes exéquias*, *ibid.* (sem o nome do autor); Teófilo Braga, *Dom Francisco de Lemos e a reforma da Universidade de Coimbra*, op. cit.; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, IV, 4, p. 102.

D. Francisco de Lemos viria a ser reconduzido em 1775 no importante lugar de Reitor Reformador da Universidade por mais três anos. E quando foi a Lisboa, em 1777, prestar juramento à sucessora de D. Maria, pois D. José falecera entretanto, lá se demorou algum tempo continuando a dirigir a Escola coimbrã. E foi-se apercebendo da forte reacção contra a reforma pombalina a que se deu o nome de «viradeira». Redigiu então a *Relação Geral do estado da Universidade de Coimbra, desde o princípio da Nova Reformação até o mês de Setembro de 1777...*» Queria com ela demonstrar que D. Maria tinha a rigorosa obrigação de sustentar o novo edifício literário, como o monumento mais glorioso do reinado do seu augusto pai. Mas em 1779 era exonerado dos cargos de Reformador e Reitor, tomando posse, pelo falecimento de D. Miguel da Anunciação, do bispado de Coimbra, que havia sofrido um exílio injusto imposto pelo Marquês.

O reitor que se lhe seguiu, o Principal da Igreja Patriarcal de Lisboa, D. José Francisco Miguel António de Mendonça, mostrou-se de orientação anti-pombalina, tendência que marcou todo o seu reitorado e que ficou a ser conhecido como o «reino da estupidez», título dum poema da época sobre a vida universitária.

Mas já o reitor seguinte, D. Francisco Rafael de Castro, se inclinou abertamente para os ideais da reforma pombalina. O mesmo vindo a suceder com D. Francisco de Lemos, de novo nomeado reitor da Universidade, em 1799, que teve em José Monteiro da Rocha vice-reitor, um precioso colaborador. E foram nesta fase da vida universitária várias as medidas tomadas em ordem a restabelecer o genuíno espírito pombalino.

Em 1882 celebrou-se com grandes manifestações de júbilo o 1.º centenário dos Estatutos pombalinos. O reitor de então proferiu um discurso que é bem o testemunho da admiração pela reforma de Sebastião José: «devemos, finalmente, seguir a marcha indicada pelo espírito profundo e luminoso que brilha nos Estatutos de 1772 que é o verdadeiro espírito do progresso científico e do aperfeiçoamento moral, como convém à sociedade portuguesa. Sigamos imperturbavelmente este caminho. Divagar sem rumo não é progredir, é retrogradar, é perder tempo e a força.»

E ainda hoje podemos dizer que o espírito pombalino dominou bastante a vida da Universidade Coimbra. E a própria cidade muito beneficiou também com a acção governativa do Marquês, o que, aliás, sucedeu com outras, além de Lisboa, evidentemente.

Após a morte de D. José, em 1777, o Marquês retirara-se para Pombal, sendo nessa altura grande a campanha contra a sua pessoa. Em 1779 era-lhe movido o célebre processo Mendanha, pelo qual era acusado de abuso do poder, roubo e outros tipos de fraude. De vários quadrantes levantavam-se vozes a condenar a sua actividade política. O Marquês via assim os seus últimos anos cobertos de nuvens negras.

Contudo, não se deixou intimidar. Procurou a todo o transe demonstrar que o que se dizia a seu respeito eram falsidades e que só o único culpado do que de funesto acontecera ao país durante a sua governação se devia à má orientação de D. José. D. Maria que não podia ver desrespeitada a memória de seu pai, ordenou uma sindicância aos actos do Marquês. E durante um inverno inteiro (Outubro de 1779 a Janeiro de 1780), Sebastião José é interrogado no meio de ameaças e terror. A sentença foi-lhe desfavorável e a pena aplicada, atendendo à sua já longa idade, foi o desterro. E em 8 de Maio expirava aquele que durante 27 anos governara Portugal da forma mais dura até então conhecida.

Mas se a sua acção se caracterizou pela dureza, há que reconhecer que ele não agiu só. Outros o acompanhavam na sua onda de despotismo que imprimira ao reino. «Por isso, os actos do seu governo não podem ser considerados da sua exclusiva responsabilidade pessoal. Nem podemos esquecer, para os explicar e julgar, a época em que viveu, o ambiente histórico em que agiu, o Estado e o país em que exerceu a sua acção, entre grupos de interesses implacavelmente antagónicos, uns favoráveis, outros opostos à sua política económica», escreve Borges de Macedo, de cujas palavras nos servimos mais uma vez: «Dentro deste condicionalismo natural, tem o marquês a grandeza de um chefe de governo que compreendeu e enfrentou alguns dos problemas da sua pátria».

Na sua edição de 1882 do «Perfil do Marquês de Pombal» o seu autor Camilo de Castelo Branco escrevia

no proémio: «Se os ultraliberais de 1882 estão com o Marquês de Pombal, quem nos afirma que as confederações republicanas e ateístas de 1882 não hão-de estar com os Jesuítas? As situações parecem-me equivalentes nas paralelas do absurdo.» Camilo olhava para o Marquês, como se o Marquês fosse o Anti-Cristo. Diz mesmo, citando o lente de cirurgia que embalsamou Sebastião José, que «ele tinha cinquenta e três pedras do tamanho de grão-de-bico no coração; porém, como o coração lhe media palmo e meio ainda lhe restava espaço que ardesse na doce chama.» A este propósito escreveu João Gaspar Simões no «Diário de Notícias» de 14 de Janeiro p.p. o seguinte: «Mal sabia Camilo que em 1982 alguém da mesma família do seu génio — Agustina Bessa Luís que, nas suas exuberâncias verbais e na sua impulsividade visionária, em nossa opinião, é um Camilo de saias —, com a mesma veemência com que ele desenhou o perfil de um homem com «cinquenta e três pedras no coração», pintaria, veemente embora, mas já sem azedume, quase com amor, o retrato do mesmo homem fazendo recair sobre o monarca que Camilo poupou a responsabilidade do muito que de impiedoso o grande novelista escreveu acerca do ministro de D. José.» E diz ainda o mesmo crítico literário, aludindo ao recente livro de Agustina Bessa Luís: «Há um século Camilo podia esperar tudo de um émulo seu, tudo menos este retrato, superiormente matizado, do homem que ele odiou e Agustina Bessa Luís, sem ser, ao que supomos, nem ultraliberal nem ateia, embora já muito perto dos que ponderam o económico para sopesarem o psicológico, quase torna humano, muito mais humano, sem dúvida, do que D. José, sobre cujo duro carácter — duro e melífluo — faz pesar o lado hediondo da perseguição dos Távoras. De facto, o Sebastião José de Agustina Bessa Luís é de uma humanidade que nenhuma outra das figuras da sua galeria romanesca — *et pout cause* — em tão alto grau partilha».